

FRONTEIRA: ESPAÇO DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA ?

BORDER-LINE AND TERRITORIAL IDENTITY

Ricardo José Batista Nogueira

Universidade Federal do Amazonas-Departamento de Geografia
Rua Vila Amazonas, 488, ap. 304. bl. B Manaus/Am cep. 69057240
nogueiraricardo@uol.com.br

Resumo

A tradição indica pelo menos duas concepções para o conceito de fronteira: o primeiro, fundado na política, diz respeito ao limite territorial de um estado-nacional; o segundo, com um significado mais acadêmico, por isso mesmo mais restrito, fundado na economia, procura identificar processos de expansão territorial interna com a incorporação de áreas à atividade produtiva. Ambas, contudo, sempre tiveram como referência espacial uma centralidade dada seja pelo lugar do centro político, ou do centro econômico, colocando a fronteira numa condição de periferia. A proposta deste trabalho é apresentar uma discussão sobre a fronteira que a coloque numa posição de centralidade, ou seja, enquanto região que apresenta uma identidade territorial para os seus habitantes, que tome por referência os aspectos deste lugar, que apresenta singularidades frente aos territórios nacionais dos quais fazem parte. Mais do que dados objetivos (gênese, extensão), apontar-se-á referências empíricas que constituem elementos subjetivos e participam da vida cotidiana fronteiriça no Brasil com a Colômbia e da República Dominicana com o Haiti.

Palavras-chaves: Fronteira, Identidade e Cultura.

Abstract

At least two concepts are given for the meaning of border-line: the first is political based, related to the territorial limit of a nation; the second has an academic meaning, it is more restrict and refers to the economy of a state(front) in order to identify the processes of the * territorial expansion creating a relation with the productive areas of the local. However, both have always been guided by as the political centre as the economic centre, which means that while the area presents a territorial identity for its people who take as reference different aspects of the place, which make it unique compeering to the general characteristics of the nation where they live. More than just data (genesis, extension) empirical references constitute abstracts elements which is part of the everyday life on the border-lines of Brazil with Colombia and Dominican Republic with Haiti.

Key- words: border-line, identity, culture

Introdução

De um conceito muito bem compreendido no senso comum, que não deixa margem a dúvidas, visto que impera o seu significado político, como definidor de Estados-nacionais, à toda uma metaforização criada em torno dela, a fronteira retorna à cena nos últimos anos em virtude das discussões em torno da globalização, da mudança do caráter dos Estados, da ampliação dos fluxos de diversas ordens que, geralmente, desconhecem a sua função de mediação entre soberanias e inclusive a partir de discursos que apregoam o seu fim. Apresentaremos, inicialmente, algumas noções já instituídas sobre este conceito para em seguida apontar algumas questões sobre a fronteira enquanto espaço de referência identitária, objetivando dar uma contribuição à compreensão da mesma. Historicamente pensado a partir do Estado, e de sua região central, tentar-se-á apresentar uma discussão sobre fronteira cuja origem seja a sociedade civil. Todavia, para atingir tal objetivo é necessário deixar claro que o referencial metodológico trabalhado é bem diverso daquele que tradicionalmente serve de base.

Como um conceito político a fronteira surge a partir de um pensamento positivista e que entra na Geografia ratzeliana sendo parte de um organismo maior que é o Estado. A fronteira, no caso, é a membrana da célula que limita, confronta com outra; é a parte mais sensível do Estado. Com a emergência do pensamento “crítico” na Geografia e a incorporação de uma leitura marxista que privilegiou a instância econômica, o espaço passou a ser explicado como resultado daquela instância e a fronteira, agora econômica, por sua vez, aparece como um espaço a ser envolvido e transformado pela forma hegemônica de organização produtiva a partir da exploração econômica das terras.

Esta última abordagem possui todo um repertório conceitual próprio, até porque a explicação do processo tem por origem as grandes estruturas de organização produtiva da sociedade. Neste sentido, o elenco discursivo é composto por conceitos como modo de produção, reprodução, relação social, contradição, exploração, apropriação, valorização, alienação, dentre outros.

De outro lado, para pensar a fronteira como lugar de referência identitária, como um dado da cultura, tomando, enfim, como base os pressupostos da geografia humanista, exige-se um outro repertório conceitual, visto que a coerência metodológica não contempla o trânsito dos conceitos. Assim, teríamos como subsídio os seguintes conceitos: existir, identificar, significar, simbolizar, compreender, experienciar, perceber, habitar, ser, viver, etc.

Conceitos e Tipologias

Confins, limites, margens, periferia, e outras referências espaciais que se contrapõem a um centro, à uma centralidade construída a partir de um domínio territorial, na sua origem o conceito de fronteira remete ao latim ‘front’, in front, as margens. Essencialmente relacional, a fronteira é, regra geral, um espaço definido pelo outro que está num centro (etnocêntrico), sendo portanto, subordinado.

As origens políticas do conceito estão associadas a própria formação dos Estados-nacionais, que no seu processo de consolidação tiveram, e ainda tem, que demarcar claramente as linhas divisórias, visto implicar no limite da ordem, da norma e do poder instituído.

Encontramos diversos trabalhos de geógrafos, cientistas políticos e militares que procuraram investigar a temática da fronteira. Em sua maioria tratam da fronteira como o limite político entre os Estados-nacionais, e, basicamente, a raiz da discussão encontra-se presente em F.Ratzel, precursor da Geografia Política. Ratzel compreendia a fronteira como o invólucro do Estado-nacional dentro do qual o mesmo se desenvolveria; ela retrataria, também, apenas um momento do desenvolvimento do Estado, podendo ser alterada no decurso do tempo, sendo, portanto, móvel. Considerava o mar como a mais perfeita das fronteiras. A partir dele, as reflexões sobre fronteira ampliaram-se substancialmente, sendo as guerras na Europa o combustível, o estímulo para isto, em virtude das disputas e mudanças dos traçados.

Etimologicamente, a palavra fronteira é “derivada do antigo latim ‘fronteria’ ou ‘frontaria’, e indicava inicialmente a parte do território situado “in fronte”, ou seja, nas margens, consignando portanto uma qualidade e não uma entidade”. Foucher (1990), mais recentemente, vai afirmar que a origem do nome fronteira deriva de front, la ligne de front, ou seja, da guerra.

Resultado de sua construção histórica como divisor de soberanias; de disputa de poder; defesa do território do Estado-nacional, limite das leis do Estado para proteção/punição de seus cidadãos e até mesmo de sua ‘produção’, a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a rota de fuga, a saída ou entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos

Estados. Imagem cada vez mais próxima do real quanto mais fechado for o Estado-nação.

Deve-se ter a compreensão de que os conceitos são históricos e, por isso mesmo sua adaptação e resignificação decorrem das mudanças produzidas pelo movimento da sociedade, portanto um processo. Desse modo, percebe-se que o conceito de fronteira política nos últimos anos vem sendo posto em questão justamente pela pressão exercida pela economia, que força a liberdade de movimento de determinados fatores, principalmente mercadorias e capitais. Isto seria o resultado das mudanças inerentes ao próprio estado-nacional para ajustar-se ao mundo globalizado. O “fim das fronteiras” atenderia assim aos objetivos da produção e da circulação realizados por grandes corporações presentes em diversos países do mundo, tirando de cada um deles pequenas ou grandes vantagens comparativas frente a outros lugares.

Limite do território nacional, a fronteira pressupõe um centro de controle, que pode ser geográfico ou não, de onde partem as ordens, na forma de políticas que variam em virtude do relacionamento que se estabelece com o vizinho. Tais políticas podem ter um sentido de estreitamento de relações exigindo uma menor vigilância por parte do Estado no que diz respeito à segurança do território, ou ao contrário, quando fortificações militares são estabelecidas para garantir o patrimônio territorial. Aqui é importante destacar, antecipadamente, a extensão territorial do Estado-nacional, pois como afirma Claval(1979), é difícil uma política econômica num Estado pequeno não interferir no seu vizinho.

Observa-se, assim, que a fronteira não pode ser pensada como um absoluto, pois mesmo sendo percebida como “periferia” do Estado-nacional, a sua essência só pode ser apreendida a partir dela e da relação que mantém com outros espaços não apenas o exterior a ela como também com os espaços interiores do estado-nacional. Bem afirma Martin(1993:77) que devido à diversidade de condições em que a mesma se encontra, perdeu sua qualidade de substância para ser concebida com adjetivos que lhe qualificam.

De modo simples, porém bastante esclarecedor, Guhl(1991:153), estudioso da formação das fronteiras colombianas, fala que “ es obvio que la frontera es vista de modo diferente por el colono, el capitalista extranjero, el geógrafo o el político; y el experto militar lo evalúa diferente que el contrabandista o el patriota de buena fé; pero todos

estos puntos de vista son fuerzas activas- de diferente intensidad- que influyen sobre el espacio y sus fronteras políticas de acuerdo con el tiempo”

Enfim, num trabalho mais recente, Michel Foucher, talvez diante dos acontecimentos que pode vivenciar na Europa do final da década de 1980, na advertência que faz à segunda edição de sua principal obra, aponta uma característica para a fronteira cujo caráter de subjetividade demonstra o sentido da fronteira vivida. Mostra que com a queda do muro de Berlim, o que era uma “fronteira triste”, passou a ser uma “fronteira alegre”.

É a partir da obra de F.Turner sobre a expansão americana para o oeste que a noção de fronteira econômica se estabeleceu, servindo de referência para inúmeros outros estudos sobre a expansão territorial interna de diversos Estados-nacionais.

Num breve resumo da obra daquele autor americano, professor em Wisconsin, no final do século XIX, podemos dizer que, segundo ele, a fronteira aparece como o limite da zona povoada; é o ponto de encontro entre a “civilização e os selvagens”. Afirmava, também, que a fronteira, enquanto significado de terras livres a serem ocupadas era o salvaguarda da democracia americana, servindo como ‘válvula de escape’ para as populações pobres do leste dos Estados Unidos e da Europa. Enfim, Turner buscava dar uma explicação para o papel que o avanço para o oeste teve no desenvolvimento norte americano.

Neste caso fica evidente que o conceito de fronteira diz respeito exclusivamente a um processo econômico de incorporação de novas terras à atividade produtiva, em que a expressão ‘fronteira agrícola’ é a que melhor explica tal processo. No Brasil, a gradativa expansão da agricultura do sul ao norte do país, gerou toda uma reflexão da academia sobre o assunto. A região amazônica, fracamente habitada, era vista como uma fronteira a ser vencida, ocupada, até mesmo para proteger a fronteira política.

Estas duas tipologias de fronteira – política e econômica – estão consolidadas não apenas no senso comum como no campo acadêmico, sendo objeto de estudo dos mais diversos ramos disciplinares. Embora partam de concepções distintas, ambas possuem em comum o fato de tomarem como referência explicativa um outro lugar, ou seja, a fronteira é a outra face do centro. O que pretendemos discutir é a possibilidade de compreender a fronteira, e principalmente a fronteira política, como centro, ou seja, tomar como referência de compreensão deste lugar ela própria. Mais ainda, é levantar questões sobre a existência de uma identidade territorial fronteiriça.

Fronteira, Cultura e Identidade

Seja em sua acepção política ou econômica, há um consenso de que a fronteira é um lugar de demarcação de diferenças, onde normas, leis e soberanias possuem um limite físico, o limite do próprio Estado-nacional, e onde a dinâmica das atividades produtivas, de formas de organização social, de temporalidades, etc. se defrontam no interior de um mesmo Estado-nacional.

Pensar a fronteira como centro implica, inicialmente, numa mudança metodológica, em que a fronteira deva ser compreendida como um lugar de moradia e de existência de seus habitantes. 'Ser da fronteira' é o dado primordial para a discussão que queremos fazer. Ser de algum lugar implica, também, uma relação de pertencimento e/ou identificação com o lugar. Desse modo, deixa-se evidente a necessidade de pensar a fronteira como um lugar, um lugar que como qualquer outro possui seu dado particular. O dado particular fundamental da fronteira é justamente o fato da convivência, regra geral aproximada, com o outro, com a diferença nacional, que remete aos símbolos próprios a cada nação, a história, a cultura, ao nacionalismo. Na verdade a fronteira política impõe, por necessidade do Estado, uma disjunção histórica, um corte que institui uma diferença, que dificulta uma identidade fronteiriça, e que a sociedade fronteiriça procura romper.

Em trabalho anterior apontamos (Nogueira, 2002) que a fronteira poderia ser compreendida a partir de outras referências que não as clássicas tipologias de quentes/frias, vivas/mortas, naturais/humanas, políticas/econômicas, interna/externa, dentre outras, todas pautadas por uma objetividade. Procuramos compreender a fronteira tomando por base referenciais subjetivos e trabalhamos com conceitos de fronteira percebida e fronteira vivida. Do primeiro dissemos que ela é constituída de percepções, e seu "aspecto aparente" (Silva, 1988), que são construídas pelo Estado sobre o seu vizinho lindeiro, a partir da própria história de formação da fronteira. Uma fronteira definida a partir de uma negociação possui uma representação para as sociedades nacionais bem distinta daquela formada, definida, a partir de conflitos e guerras. Assim, a percepção da fronteira, principalmente para aqueles que estão localizados fora dela, no interior do Estado-nacional, é carregada de imagens

depreciativas, pois é pela fronteira que ingressam no país as diversas mazelas, mercadorias ilegais, mão-de-obra ilegal e toda sorte de contravenção.

Sobre o conceito de fronteira vivida procuramos dar ênfase ao sujeito na sua relação como o lugar. Isto significa que a fronteira deve ser interpretada a partir da compreensão que seus habitantes têm dela e de como se relacionam, quando se relacionam, com seus vizinhos e mesmo com seus compatriotas das regiões centrais. A fronteira vivida busca compreender o cotidiano deste lugar nos seus mais variados aspectos, – lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputas, - reconhecendo ainda que o outro lado tem outra lei. Assim, acreditamos que a fronteira seja capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças.

Como esta perspectiva da fronteira vivida nos remete para a relação entre o ser e o lugar, não poderíamos passar ao largo da questão da identidade com o lugar, pensar na fronteira como espaço de referência identitária, ou seja, uma identidade territorial cuja manifestação empírica é a própria experiência de habitar este lugar. “A identidade territorial pode ser interpretada como algo ‘dado’, decorrente da naturalidade (local de nascimento), da vivência (experiência dentro das fronteiras da região) e da cultura (práticas culturais de identidade territorial), como também pode ser vista como algo construído, uma auto-atribuição, quando os indivíduos se reconhecem como gaúchos, nordestinos, mineiros, etc”(Penna (1992) *apud* Haesbaert, 1999). Ser da fronteira, assim, pode se constituir numa identidade territorial que é construída a partir da vivência neste lugar. Porém, como a fronteira política é um espaço de transição do poder instituído, a sociedade fronteiriça pode se constituir de uma identidade nacional ou multinacional, ou seja, uma identidade fronteiriça que seja dada por habitantes de ambos os lados da fronteira.

Porém, um ponto que é importante refletir sobre a identidade fronteiriça, diz respeito à particularidade de cada díade, isto é, de cada linha fronteiriça, até porque a existência ou não de interação entre as sociedades fronteiriças é resultado da história de relacionamento entre elas, da relação de dependência mútua, da porosidade para o movimento, e também das relações bilaterais entre os Estados, que podem controlar o movimento.

Cuisinier-Raynal (2001, *apud* Brasil, 2005) identificou algumas tipologias de interação fronteiriças que podem servir de referência para compreender a relação da fronteira com a sociedade civil, mediada ou não pelo Estado-nacional. Um primeiro tipo é o *margem*,

caracterizado pela primazia da dinâmica local ou nacional, sendo interna a cada país, sendo, portanto difícil uma circulação entre os países. Um segundo tipo é a *zona-tampão*, cuja história já mostrou sua manifestação em diversos lugares, no passado a chamada cortina de ferro, constituída pelos países que constituíam o antigo bloco socialista, separando a União Soviética da Europa Ocidental. Neste tipo de fronteira existe aí uma clara tensão militar, uma dificuldade em adensar o povoamento. No Brasil alguns historiadores indicaram que esta era a posição do Uruguai, separando-o da Argentina. Hoje, vê-se a criação de reservas indígenas e ecológicas no Norte do país para impedir o avanço da ocupação civil do território. O terceiro tipo são as *frentes*, marcadamente voltadas para o processo de ocupação, podendo ser civil ou militar. O quarto tipo estabelecido por Raynal é a interação *capilar*, onde há pouca atuação do estado, é uma interação local e essencialmente espontânea. Enfim, o último tipo é denominado de *sinapse*, onde existe um alto grau de interação entre as populações fronteiriças.

Portanto, a partir destes conceitos torna-se possível compreender como cada díade elabora suas interações e com isto definir o grau de interação e, por conseguinte a constituição de identidades fronteiriças unicamente nacional ou binacional.

A fronteira pode se constituir num espaço de identidade territorial a partir de basicamente duas formas: 1) quando o 'ser da fronteira' diz respeito a um contraponto às regiões centrais, sendo essencialmente nacional. Aqui a fronteira é um espaço de referência identitária exclusivamente nacional ; e 2) quando o 'ser da fronteira' diz respeito a uma interação de identidade binacional, em que os dois lados se reconhecem como fronteiriços e com tal identidade e forma de relacionamento frente aos respectivos estados nacionais. Ser da fronteira aqui significa uma superação dos limites formais do Estado Nacional, sendo a sociedade civil o principal agente da interação.

Na linha de fronteira: Brasil/Colômbia e Haiti/República Dominicana

A partir daqui apresentaremos dois exemplos completamente distintos de relacionamento fronteiriço para demonstrar como esta 'região' é capaz de comportar as mais diversas análises, até porque, como dissemos anteriormente, cada díade é uma história, é uma geografia, podendo, portanto, expressar as diversas tipificações apontadas por Raynal e como decorrência expressar sentimentos, vivência, percepções e

experiências distintas entre seus habitantes sobre si e sobre o outro. Assim, demonstraremos duas situações de cidades fronteiriças, em países completamente distintos, em que num a fronteira se revela como sinapse e o outro se revela como margem, começando com uma exposição sobre a tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru.

Tabatinga, cidade fronteiriça do estado do Amazonas brasileiro e Letícia, cidade do estado do Amazonas colombiano, estão na mesma margem do rio Solimões, tendo o igarapé de Santo Antônio como parte da linha divisória. Desde o início do povoamento da área que a população brasileira, colombiana e peruana, também, ocupa não só ambas as margens do referido igarapé, como o próprio leito do mesmo, facilmente transitável nos períodos secos, em meio aos marcos de concreto que demarcam a fronteira. Esta convivência centenária – estremecida na década de 1930 quando Colômbia e Peru entraram em guerra sobre a posse do território – não poderia deixar de criar uma cultura e uma identidade fronteiriça pautada na solidariedade em vista das condições locais das cidades: distantes e isoladas de grandes centros urbanos.

O movimento mútuo dos fronteiriços consolidou laços que hoje se revelam no parentesco binacional, com a constituição de famílias pertencentes a nacionalidades distintas, tendo como resultado disso o necessário domínio mínimo das línguas para a busca do lazer, do trabalho, dos serviços, dos empregos diversos que nem sempre estão a disposição em ambos os lados; nas ligações com outros pontos da rede urbana – Bogotá, Iquitos, Manaus – assim como amizades, visitas, compras de abastecimento rotineiro, etc.

Composta majoritariamente por índios tikunas e seus descendentes, por Uitotos e outros povos indígenas, esta população fronteiriça se faz presente em todos os cantos das cidades, como feiras, mercados, portos, câmara de vereadores, etc. A forte presença indígena é, na verdade, anterior a constituição dos Estados-nacionais. Para esta população a disjunção fronteiriça criada pelos Estados-nacionais pouco significa, pois os mitos fundadores de sua nação em nada se assemelham a um ou outro. No entanto, estar envolvido por Estados- nacionais terminou por criar os tikunas brasileiros, tikunas peruanos e tikunas da Colômbia.

Tabatinga, em seu processo de expansão urbana, juntou-se à terra indígena denominada Umariáçu, dando a aparência hoje de um bairro indígena. Os tikunas respondem por uma parte do abastecimento urbano com produtos da floresta, dos rios e do trabalho agrícola. Participam também da economia fronteira vendendo artesanato e realizando pequenos serviços. Continuam, porém, sendo vistos com estranhamento e desconfiança.

Sendo ponto de encontro de nacionalidades, Tabatinga não poderia ficar imune a migração. Ela possui no conjunto de sua população um contingente de peruanos, principalmente, que, oriundos de todas as partes da Amazônia peruana, Iquitos, Pucallpa, etc, vêm em Tabatinga uma possibilidade de melhor condição de vida. Estão presentes nas escolas, no comércio formal e informal, além de solicitarem serviços públicos diversos.

Como tantas outras cidades amazônicas, a relação de dependência econômica da extração de recursos naturais é comum a ambas cidades, a relação com a natureza apresenta praticamente as mesmas mitologias independente do lado fronteiro, ou seja, a formação cultural dá uma identidade a esta população. Os mitos e ritos associados à fauna, à flora e a água não reconhecem fronteira.

Outra referência que é importante situar neste processo de constituição da identidade fronteira diz respeito à integração física das cidades. Tabatinga, com 23 mil habitantes é, possivelmente, uma das únicas cidades do interior do Amazonas que possui transporte coletivo urbano. O fato de apresentar contigüidade espacial com Letícia, com contingente populacional semelhante, fez com que a organização do transporte coletivo urbano, servisse ambas as cidades. Sendo, portanto, *internacional*, é regulamentado pelas respectivas prefeituras, que definem rotas, tarifas, operadores e frota, onde cada cidade entra com a metade do total de 40 veículos. Cruzando a fronteira, aceitando como pagamento de tarifa o real ou o peso, atendendo os passageiros em espanhol ou português, este transporte urbano é simultaneamente a afirmação da fronteira, quando cobra tarifa internacional se o passageiro vai de uma cidade a outra; como é a própria negação da fronteira, dada a cotidianidade do movimento, da circulação internacional livre, da indiferença.

A cidade de Tabatinga, assim como Letícia, é uma típica cidade ribeirinha da Amazônia e a principal forma espacial dessas cidades é a existência de um porto, que muitas vezes é apenas um lugar onde concentra a atracação de barcos e canoas num pequeno flutuante ou trapiche que serve como apoio para carga e descarga de produtos agrícolas ou extrativos, e embarque e desembarque de passageiros e moradores da zona rural. É, portanto, um lugar de trocas: do ambiente rural para o urbano, onde os códigos são distintos, a mobilidade exige outro conhecimento, onde a linguagem e neste caso a própria língua é diferente, e de troca de escala, da local para a regional.

A condição locacional fronteiriça da cidade de Tabatinga e sua inserção como ponto na extensa rede fluvial amazônica, dá, necessariamente, uma importância para o porto porque ele aparece como o primeiro lugar de entrada dos fluxos externos vindos do Peru e da Colômbia, e a porta de saída do território brasileiro. O Tratado de Limites, ainda do início do século XX, assegurou ampla liberdade de navegação àqueles países.

Como fruto da mobilidade, a diversidade cultural encontrada no porto de Tabatinga está presente pela convivência histórica de línguas distintas. O legado colonial espanhol e português cruza com a resistência da língua dos tikunas. Agricultores peruanos que habitam a outra margem do rio, assim como os agricultores brasileiros e as comunidades indígenas dirigem-se até o porto para levar sua produção e adquirir mercadorias hoje fundamentais à sua reprodução: linha de pesca, chumbo e pólvora, fósforo, gasolina, açúcar e sal, assim como alimentos e bebidas, que adquirem nos armazéns de estivas pertencentes a peruanos, colombianos e brasileiros, com produtos vindos do Peru, da Colômbia e do Brasil. Os bares da zona portuária tocando vallenato (ritmo popular colombiano), brega (ritmo popular do norte do Brasil) e salsa (ritmo popular peruano) para agradar os clientes, constituem um cenário plenamente absorvido pela população local, pois que é algo constantemente experienciado por quem nasceu, cresceu e vive nesta fronteira, demonstrando o alto grau de permeabilidade cultural.

A outra fronteira que será apresentada tem, do ponto de vista teórico, uma aproximação com a tipologia margem estabelecida por Raynal. Trata-se da região fronteiriça entre o Haiti e a República Dominicana, países que dividem uma pequena ilha no Caribe, tendo uma linha de fronteira de apenas 300 quilômetros. Na parte Norte da fronteira está a maior concentração de população: nas cidades de Dajabon (cidade dominicana), com

30 mil habitantes, e Ouanaminthe (haitiana), com 45 mil habitantes. Estas cidades são divididas por um pequeno rio, que permite, inclusive, sua travessia a pé.

Esta fronteira é, na mais pura expressão da palavra, uma fronteira. A curta experiência vivida nesta região, mesmo o autor não sendo um habitante dela, foi suficiente para repensar a questão da fronteira e referendar a idéia da disjunção histórica, onde o outro lado é não apenas diferente, mas toda e qualquer forma de relacionamento é recusada pelo Estado e também pela sociedade civil. Remete à idéia clássica de fronteira fria.

Este estranhamento e frieza no relacionamento é resultado, como dissemos anteriormente, da forma de constituição desta fronteira. As relações entre os dois países, oriundos de processos de colonização distintos –Haiti (França) e Republica Dominicana (Espanha) – sempre foram conflituosas, principalmente após a independência, quando o Haiti, ao sair do domínio francês ocupa toda a ilha. A República Dominicana surge como país saindo do domínio haitiano em meados do século XIX. As linhas de fronteiras mal definidas serão o estopim para o grave conflito ocorrido na década de 1930, no governo de Trujillo, quando este ordenou o massacre de mais de 6.000 haitianos que, segundo ele, estava em território dominicano. Este fato vai marcar profundamente as relações futuras entre os dois países.

A fronteira de tipo margem definida por Cuisinier-Raynal é marcada por um baixo nível de relacionamento fronteiriço internacional, onde as populações desta área estão mais voltadas para o seu país, havendo uma primazia da dinâmica local, e uma dificuldade de circulação entre os países. Porém, na região em foco, é importante descrever a origem deste processo para que possamos compreender o porquê da frieza do relacionamento fronteiriço atual.

A construção ideológica da diferença tem sua origem, no estado dominicano, a partir do governo Trujillo, quando se começa a dar ao povo deste país uma raiz distinta de seu vizinho. Embora ambos tenham sido colonizados, no Haiti, a implantação da produção canavieira pelos franceses exigiu uma grande quantidade de mão de obra trazida da África. No lado oeste da ilha, esta atividade se deu em menor proporção, portanto, menos necessidade dessa mão de obra. A partir disso, a identidade do “povo dominicano” passou a ser elaborada tendo como base as seguintes dimensões: como

descendente de indígenas, que habitavam a ilha no período colonial, e espanhóis, e não negros como os haitianos; são majoritariamente católicos, ao contrário dos haitianos que herdaram rituais religiosos africanos, onde se destaca a prática do vudu.

A instituição desta visão do povo dominicano sobre seu vizinho fronteiriço Haiti, terá na fronteira uma clara expressão da rejeição de qualquer relacionamento. A breve descrição abaixo permitirá ter uma noção da vida nesta região.

Uma pequena ponte de aproximadamente 70 metros sobre o rio Massacre é a única ligação entre as cidades de Dajabon e Ouanaminthe. Do lado dominicano uma representação do governo, vigiada por soldados para controlar a passagem, antecede um portão de ferro; do lado haitiano, outro portão de ferro, controlado pelas forças da ONU desde que o país passou por uma guerra civil e desestabilização do Estado. Os portões só abrem dois dias na semana para permitir a realização de uma feira no lado dominicano que assegura o abastecimento de inúmeros produtos deste país para o Haiti. Os minutos que antecedem a abertura dos portões é marcado por uma grande expectativa, pois que a avidez da travessia cria uma grande aglomeração de pessoas apenas de um dos lados da ponte, já indicando o desequilíbrio entre os países. Atravessam a ponte a pé, ou arrastando suas carroças, aproximadamente cinco mil haitianos, homens mulheres e crianças, para adquirir os mais diversos produtos, desde gelo, ovos, produtos plásticos e alimentícios. No sentido inverso só há fluxo dos próprios haitianos, ao final do dia, após o comércio. Nos outros dias, portões fechados, pessoas não circulam, veículos não circulam, restringindo toda e qualquer possibilidade de integração fronteiriça.

Embora fisicamente as duas cidades dividam as margens opostas do rio que as separa; embora haja uma ponte que permite o trânsito entre elas, não há, porém, nenhuma possibilidade de considerá-las como cidades-gêmeas, visto que seus habitantes não podem circular livremente entre as mesmas; não há nenhuma forma de interação seja partindo do Estado, seja da sociedade civil.

A fronteira cerrada e controlada demonstra que não apenas o Estado dominicano, mas a sociedade civil da fronteira e do restante do Estado nacional, não estão dispostos a ampliar o relacionamento com o seu único vizinho. Da cidade fronteiriça de Dajabon

até a capital Santo Domingo são duzentos quilômetros de distância com oito postos de vigilância para impedir o ingresso de haitianos no país, apesar de residirem na capital cerca de quinhentos mil deles trabalhando como pedreiros, vigilantes, domésticas, etc.

Portanto, nesta fronteira, se existe a possibilidade de constituição de uma identidade territorial ela é apenas parcial, ou seja, de cada um dos lados, nacional somente, visto que tudo o que foi construído e elaborado pelos estados impediu uma permeabilidade sócio-cultural. Aos dominicanos permite-se tudo, menos casar-se com haitianos.

CONCLUSÃO

Uma das mais espetaculares invenções dos grupos de poder numa sociedade foi saber apropriar-se do sentimento de apego e afetividade que as pessoas tem com os seus lugares de vida para transformar este sentimento em algo comum a um grupo. O sentido de território comum, que se manifesta empiricamente em extensão para o Estado, a região, o bairro, passou a ser a identidade territorial, utilizada como identidade nacional, transferindo a afetividade aos lugares para a afetividade à nação.

Procuramos ao longo do artigo compreender como este sentimento de apego e afetividade territorial se dá numa região de fronteira, lugar que, juridicamente, marca o fim do Estado, portanto de uma identidade, a nacional. Tomamos como referência empírica situações bem distintas para demonstrar como a fronteira pode se constituir num lugar de identidades que se manifestam de maneira diferenciada, referendando, em parte, as reflexões de Cuisinier-Raynal sobre as interações fronteiriças.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, H. e CEDANO, S. (Org.) Frontera em transición. Santo Domingo, Yan Impresos, 2007.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Brasília, 2005.
- CLAVAL, Paul- Espaço e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- CUISINIER-RAYNAL, A. “La Frontiere au Perou entre front set synapses”. L’Espace Geographique 3: 213-229, 2001.
- FOUCHER, Michel –Fronts et Frontieres. Paris:Fayard, 1992.
- GUHL, Ernesto- Las fronteras politicas y los limites naturales. Bogota, Fondo FEN Colombia, 1991.

- HARSBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In Correa, R. e Rosendhal, Z.(org.) Manifestações da cultura do Espaço, Eduerj, Rio de Janeiro, 1998.
- MARTIN, André. Fronteiras Internas e a “ questão regional” do Brasil. Tese de Doutorado, São Paulo, F.F.L.C.H./USP, 1993.
- NOGUEIRA, Ricardo J. B. A divisão da monstruosidade geográfica. Tese doutorado, USP, São Paulo, 2002.
- SILVA, Armando C.- De quem é o pedaço. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.
- TURNER, F. – Frontier and section. New Jersey, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1961.

Recebido para publicação outubro de 2007

Aprovado para publicação dezembro de 2007